



“O AGRO É TUDO”, INCLUSIVE EDUCADOR? INTENCIONALIDADES E REFLEXOS DA INVESTIDA DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO¹

Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro ²

RESUMO

Este artigo versa sobre a inserção do agronegócio na educação, a partir de uma ofensiva contra o projeto popular de Educação do Campo, destacando a centralidade da questão agrária. Para tanto, partimos da pesquisa bibliográfica e documental acerca do agronegócio, da Educação do Campo e do empresariamento da educação, bem como nos amparamos em dados estatísticos acerca do crescimento produtivo do setor, da oferta escolar e da população no Brasil rural. Diante desse contexto, foi possível observar um movimento de dupla expansão do agronegócio, a partir de uma frente econômica e de uma frente político-ideológica. Como conclusão, estabelecemos indícios da relação entre o avanço da economia do agronegócio e a retração da população e da oferta escolar rural, destacando-se o papel do avanço do neoliberalismo no campo e na educação nesse processo.

Palavras-chave: Agronegócio. Empresariamento da educação. Questão Agrária. Educação do Campo. Neoliberalismo.

RESUMEN

Este artículo aborda la inserción del agronegocio en la educación, a partir de una ofensiva contra el proyecto popular de Educación del Campo, destacando la centralidad de la cuestión agraria. Para ello, partimos de una investigación bibliográfica y documental sobre el agronegocio, la Educación del Campo y el enfoque empresarial de la educación, así como de datos estadísticos sobre el crecimiento produtivo del sector, la oferta escolar y la población en el Brasil rural. En este contexto, se pudo observar una doble expansión del agronegocio, desde un frente económico y un frente político-ideológico. En conclusión, constatamos la evidencia de la relación entre el avance de la economía del agronegocio y la reducción de la población y de la oferta escolar en las zonas rurales, destacando el papel del avance del neoliberalismo en el campo y en la educación en este proceso.

Palabras clave: Agronegocio. Educación empresarial. Cuestión agraria. Educación del Campo. Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, buscamos compreender como o estabelecimento da hegemonia do agronegócio no Brasil desdobra-se em uma ofensiva contra a educação, particularmente contra

¹ Trabalho resultado de considerações preliminares da pesquisa de doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ).

² Licenciada em Geografia e Mestra em Educação pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Docente EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). tassia.cordeiro@iff.edu.com.



a educação no/do campo. Para tanto, procuramos demonstrar que tal movimento se articula diretamente ao avanço do neoliberalismo no país, tanto no que se refere às políticas agrárias e agrícolas quanto às políticas educacionais. Com efeito, nosso tema de pesquisa versa sobre a influência de entidades representativas da classe dominante do campo na educação pública, no contexto da questão agrária.

Dentro desse cenário, investigamos a atuação do agronegócio em duas frentes: a econômica, materializada pela expansão produtiva do setor, e a político-ideológica, atuante na sociedade civil, especialmente através da mídia empresarial, da educação e da indústria cultural. Entretanto, apesar de distintas, defendemos que ambas guardam como ponto em comum o avanço do capitalismo financeiro em sua lógica neoliberal, considerando-se suas matrizes econômicas, políticas, sociais e ideológicas.

Na esfera da educação, dois movimentos parecem indicar reflexos da economia do agronegócio: os altos índices de retração da oferta escolar no campo, resultado da política de fechamento e nucleação de escolas rurais, e a influência cada vez mais contundente no setor educacional, especialmente pela forte inserção através de parcerias público-privadas em educação (PPPEs)³. Acreditamos que tais fenômenos são indicativos robustos de uma problemática em plena ascensão e ainda pouco aprofundada no debate acadêmico, especialmente no âmbito da geografia.

Chama a atenção que a atuação do agronegócio nas escolas se manifeste, principalmente, a partir de temáticas que envolvem as disciplinas de ciências/biologia, geografia e história, com forte tendência de disputa pela formação continuada dos docentes dessas áreas, vistos como potenciais multiplicadores da ideologia do setor com uma autonomia cada vez mais fragilizada. Esse quadro reflete diferentes modalidades de empresariamento da educação, com forte influência de entidades representativas da classe dominante do campo, que atuam enquanto aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2014). Procuramos descrever elementos indicativos de que tais ações acabam por impactar na alocação de recursos, nos currículos, nos materiais didáticos e, inclusive, na condução da política educacional nacional.

³ Apesar do termo Parcerias Público-Privadas (PPPs) ser utilizado muitas vezes de forma genérica para nomear diferentes modalidades de parcerias entre os setores público e privado, estas foram regulamentadas pela Lei n. 11.079/04 - que institui normas de licitação e contratação de PPPs no âmbito da administração pública (BRASIL, 2004). Nesses termos, comumente, as parcerias entre entidades empresariais e as escolas públicas para consecução de programas/projetos educacionais acabam não correspondendo de forma estrita, isto é, legalmente, às PPPs. Por isso, utilizamos nesse artigo o termo Parcerias Público-Privadas em Educação (PPPEs) para designar de forma ampliada as relações de parceria entre agronegócio e secretarias de educação, independente do formato legal utilizado.



Diante desse contexto, no presente artigo temos por objetivo tratar da investida do agronegócio no campo educacional. Mais especificamente, visamos apresentar os resultados parciais da análise da inserção do agronegócio nas escolas públicas do país por meio de programas educacionais e da campanha De olho no material escolar, sem deixar de considerar a retração da oferta escolar no Brasil rural.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa tem por base uma abordagem ampliada da problemática em questão, por meio do método materialista histórico-dialético. Em nosso entendimento, esse método proporciona uma visão da totalidade dos fenômenos, tendo em perspectiva a historicidade e a contradição, em direção a uma visão crítica que contribua para a transformação da realidade. Com efeito, nos ancoramos no pensamento gramsciano, mobilizado especialmente na concepção de Estado ampliado/integral, considerando-se sua articulação com o conceito de hegemonia (GRAMSCI, 2014). Trata-se, portanto, da análise da expressão particular de uma problemática que, como procuramos demonstrar, compreende o universal.

No que diz respeito aos procedimentos adotados, recorremos à pesquisa bibliográfica e documental acerca da temática, como forma de subsidiar teoricamente as discussões postas. Em continuidade, realizamos um levantamento de dados estatísticos que pudessem expressar a materialidade dos fenômenos, com destaque para os dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (INEP), das Pesquisas Municipais Agrícola e Pecuária (IBGE) e dos Censos Populacionais (IBGE).

Por fim, procuramos rastrear os programas e ações do agronegócio na educação. Optamos pela pesquisa documental nos portais eletrônicos das entidades/associações e em meios de comunicação virtuais ligados ao setor, contando com o suporte de pesquisas acadêmicas sobre algumas dessas atuações. Desse modo, com a articulação entre os dados qualitativos e quantitativos, procuramos traçar um panorama das ações e impactos do agronegócio no que concerne à educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O tema central desse trabalho diz respeito à relação entre a introdução de políticas neoliberais no Brasil e a ascensão da economia do agronegócio e do movimento de empresariamento da educação. A partir desse entendimento, pretendemos apontar os indícios



de que a investida de entidades empresariais na educação brasileira perpetrada pelo setor do agronegócio acarreta graves prejuízos à garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade para a população do Brasil rural. De modo a embasar essas análises, nosso referencial teórico tem por fundamento discussões relativas ao agronegócio, ao processo de empresariamento da educação e à Educação do Campo.

Nessa direção, a delimitação teórica do agronegócio mostra-se fundamental para o rastreamento de suas intencionalidades e de seus impactos no contexto da educação escolar. Tomamos por base a elaboração do Prof. Paulo Alentejano de que o setor tem como marca a expansão da “produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado e ideologicamente pela mídia empresarial” (ALENTEJANO, 2020, p. 252). Com isso, o agronegócio acaba por se estabelecer enquanto um pacto político e econômico que envolve diferentes esferas, que sustentam a construção de sua hegemonia.

Para a apreensão do significado gramsciano de Estado e sua relação dialética com o conceito de hegemonia, podemos partir da conhecida formulação “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2014, p. 248), na qual o autor sintetiza suas análises sobre o Estado em sua acepção integral. Aqui, a *sociedade política*, compreendida pelo autor como o Estado estrito, representa a esfera das relações políticas formais, vinculadas às instituições políticas reconhecidas e consolidadas, diferenciando-se da sociedade civil. Enquanto a primeira atuaria primordialmente através dos seus aparelhos coercitivos, a segunda teria seu raio de ação voltado aos aparelhos privados de hegemonia (APHs). Cabe destacar que essa distinção é de cunho metodológico, devido à relação dialética entre essas esferas na constituição do Estado em sua formação integral, isto é, ampliada.

No que se refere especificamente à *hegemonia*, podemos entendê-la enquanto expressão da direção moral e intelectual de uma classe ou de uma fração de classe sobre as demais, sustentada primordialmente no consenso, malgrado não descartar o elemento da coerção. Conforme Lincoln Secco, “Em síntese, a hegemonia enquanto processualidade pode ser entendida como direção moral e intelectual num primeiro momento e ditadura mais consenso num segundo momento, sem excluir as interconexões entre os dois momentos” (SECCO, 1996, p. 92).

Edmundo Dias, nos ajuda a compreender com mais profundidade a relevância e a potência da questão da hegemonia na arena da luta de classes:



Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao “conformismo”, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor com o seu projeto aos outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos (DIAS, 1996, p. 34).

Com vistas à compreensão do agronegócio e do processo de construção de sua hegemonia, recorreremos às análises de Guilherme Delgado (2012) sobre a agricultura capitalista entre 1965 e 2012. Segundo o autor, no Brasil, o agronegócio pode ser considerado “[...] uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2012, p. 94). Portanto, tal articulação público-privada passa a constituir, a partir dos anos 2000, o que Delgado (2012) denomina de novo pacto da economia política do agronegócio, que recoloca a questão agrária em novos patamares. Uma das características que destacamos desse período de hegemonia do agronegócio é seu teor de dupla superexploração: do trabalho e da natureza.

Cabe pontuar o papel do ajuste neoliberal na conformação do agronegócio e nas modificações espaciais no mundo do trabalho rural em nível global. Destacamos o papel da política agrária levada a cabo pelo Banco Mundial:

São dois os objetivos centrais dessa política: a) aliviar seletivamente a pobreza rural, especialmente em situações *onde as tensões sociais no campo possam atingir níveis preocupantes* para a segurança do capital privado e/ou a manutenção da ordem política vigente; b) *mercantilizar o acesso à terra*, por meio da mudança neoliberal do aparato regulatório, de modo a favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, estimular o investimento privado na economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas pontuais do campesinato ao circuito agroindustrial, comandado por grandes e médias empresas (PEREIRA, 2006, p. 355, grifos nossos).

Nesse contexto, podemos analisar a questão agrária na atualidade a partir da oposição entre capital e trabalho, refletida no campo pelo antagonismo entre agronegócio e a agricultura camponesa. Um fator diferencial é que esse conflito reverbera cada vez mais no campo educacional, a partir do confronto entre as políticas neoliberais-empresariais de educação e as exigências formativas dos trabalhadores (CALDART, 2016). Nessa disputa, a Educação do Campo⁴ desponta como um projeto alternativo de educação no âmbito da luta pela terra, definido fundamentalmente na esfera da questão agrária. Nas palavras de Roseli Caldart,

⁴ A gênese da Educação do Campo remete às experiências e às lutas no âmbito da educação/escolarização nos primeiros acampamentos e assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, no fim dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980. Como projeto



A Educação do Campo (EdoC) se constitui, no final da década de 1990, como articulação nacional das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito à educação, materializando ações de *disputa pela formulação de políticas públicas no interior da política educacional brasileira* que atendam aos interesses sociais dos trabalhadores do campo, em especial, dos camponeses ou das famílias e comunidades vinculadas ao trabalho de base camponesa (CALDART, 2016, p. 319, grifos da autora).

Do mesmo modo que a economia do agronegócio expressa o processo de financeirização da agricultura sob a égide do neoliberalismo no Brasil, a educação não ficou alheia a esse processo. Tanto foi invadida pela lógica mercantil, seja pelas diferentes modalidades de privatização seja pela afiliação às políticas de responsabilização e concorrência, quanto vem sendo disputada por setores empresariais do agronegócio, de forma a consolidar e manter um consenso que dê suporte a sua hegemonia.

A despeito dos avanços e das conquistas promovidas pelo movimento por uma Educação do Campo, a expansão tanto do neoliberalismo nas políticas agrícolas e agrárias como sua inserção no campo da educação acarretaram em sérios limites e em fortes impactos em seu processo de consolidação. Duas questões se destacam nessa dinâmica: primeiro, o alarmante fechamento de escolas rurais; segundo, a investida de entidades e corporações do agronegócio, que atuam em grande medida como APHs, na educação pública por meio de programas educacionais, que se assemelham a propaganda e publicidade.

Ambas as questões dialogam com a adesão às políticas neoliberais pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1990, cada vez mais impulsionadas por um conjunto de medidas que conformam uma reforma empresarial da educação (FREITAS, 2018): PCNs, IDEB; Reforma do Ensino Médio, BNCC, entre outras. Nesses termos, a privatização da educação pública mostra-se possível através de diferentes mecanismos, tais como: expansão do ensino privado, mercado educacional de materiais didáticos, disputa do fundo público, formação de professores, assessorias educacionais e parcerias público-privadas.

O neoliberalismo olha para educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor. Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. É dessa visão de mundo que advém as finalidades que ele atribui à educação. O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o “empreendedorismo” dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a “empresa”. (FREITAS, 2018, p. 31).

educativo passa a ser consolidado a partir do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (1997) e da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo (1998). Para melhor compreensão desse processo e dos princípios filosóficos e pedagógicos da educação do MST, que embasaram a Educação do Campo, ver MST (2005).



É nesse horizonte que a lógica mercantil passa a concorrer e/ou se sobrepor à esfera educacional, promovendo uma nova ordem educacional mundial, ligada a uma “[...] perda progressiva da autonomia da escola, acompanhada de uma valorização da empresa que é elevada a ideal normativo [...] a própria empresa se torna ‘qualificadora’ e ‘envolvida no aprendizado’ e acaba se confundindo com a instituição escolar [...]” (LAVAL, 2019, p. 30). Freitas (2018) observou como diferentes estratégias de privatização, que perfazem um *vetor de privatização* a partir das reformas empresariais, vêm buscando recompor os fundamentos da educação pública, convertendo o serviço público em privado. No caso da concepção de *publicização*, cria-se um público não-estatal, de forma a abrir espaço para a privatização plena. Importa destacar que nessa métrica, a “Escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (LAVAL, 2019, p. 17). Por isso, Freitas (2018) defende a necessidade de se pautar uma escola pública de gestão pública para se contrapor a esse processo, bem como a reversão das reformas empresariais da educação

Nesse cenário, a lógica neoliberal - baseada na produtividade, na eficiência, na concorrência e no cálculo meramente econômico - é um fator que passa a justificar tanto o fechamento de escolas rurais no país, sendo que nesse caso as justificativas demográficas também são mobilizadas, quanto a promoção de “parcerias” entre redes de ensino públicas e entidades empresarias. Diante do contexto de avanço da Educação do Campo e do empresariamento da educação no Brasil, o agronegócio passa a disputar os rumos da educação pública, em um movimento que busca de forma “velada” controlar ideologicamente conteúdos e práticas docentes. Soma-se a isso os indícios de que a expansão do setor também está ligada ao processo de retração da oferta escolar no campo. A dinâmica do agronegócio entrelaçada ao avanço neoliberal passa, portanto, a compor nosso campo privilegiado de investigação acerca da educação ofertada no campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como anunciado, os dados preliminares da pesquisa apontam que a investida do agronegócio sobre a educação parece se conformar em duas vertentes articuladas, mas diferenciadas tanto em relação à forma quanto ao conteúdo. Os fundamentos e intencionalidades parecem ser os principais fatores de unidade. Por esse motivo, a análise restrita ao campo educacional, ignorando ou subvalorizando a estrutura material das relações sociais de produção, pode contribuir para um entendimento parcial do tema. Cabe destacar que



a atuação político-ideológica do setor reverbera diretamente nas políticas educacionais, assim como pode, além de refletir, incidir nas políticas agrícolas e fundiárias. Portanto, insere-se no campo ampliado da questão agrária.

A primeira vertente compreende a política de fechamento e nucleação de escolas rurais, com a conseqüente diminuição de matrículas no campo. Em nossa hipótese inicial, esse processo seria um desdobramento, aparentemente indireto e difuso, da hegemonia da economia do agronegócio, que envolveria as seguintes intencionalidades: a) criar obstáculos ao enraizamento da concepção de Educação do Campo nas escolas públicas, interditando o acesso da população rural a uma educação pautada no pensamento crítico e emancipatório; b) responder às mudanças no padrão produtivo que requer cada vez menos mão de obra agrícola e “favorecer” indiretamente a expulsão do campesinato e dos povos tradicionais de seus territórios, vistos como potenciais áreas de expansão do agronegócio, atuando como fator populacional expulsivo.

A segunda vertente corresponde à inserção do agronegócio nas escolas públicas através de PPPEs e campanhas, a partir de três intencionalidades: a) direcionamentos mais amplos dos rumos da educação pública, seja nos currículos, na organização escolar, nos materiais didáticos ou, até mesmo, na disputa pelo fundo público; b) influência na formação de professores (capacitações, formação continuada, etc.); c) reflexos na formação dos discentes e comunidades, por meio de docentes capacitados pelo setor, dos materiais didáticos e de uma metodologia de multiplicadores; d) inserção nas escolas da lógica concorrencial, da responsabilização individual e da meritocracia. Nota-se que o núcleo central é a concepção neoliberal da educação, pautada pela desresponsabilização do Estado e na conseqüente inserção da sociedade civil organizada ou terceiro setor na condução das políticas públicas.

Como forma de verificar as hipóteses sugeridas e averiguar os indícios dos reflexos da expansão do agronegócio no campo da educação, buscamos dados estatísticos que expressassem a realidade concreta. Também recorremos a documentos do setor sobre sua atuação educacional.

Em relação aos dados levantados, tomando como recorte temporal o período entre 1997 e 2019, confirmamos que a produção do setor deu um salto significativo, ao menos em três *commodities* que perfazem a sua pauta de exportação: a área colhida de soja em grão expandiu 24 milhões de hectares (212%), a de cana-de-açúcar 5 milhões de ha (109%) e o total de bovinos aumentou em 53 milhões de cabeças (33%). Em contrapartida, observamos o recuo da produção de três itens básicos da alimentação dos brasileiros: arroz (-44%), feijão (-41%) e mandioca (-23%) (IBGE, 2020a, 2020b).



Os dados sugerem que a expansão do agronegócio, pautada principalmente na produção e exportação de *commodities* em grandes latifúndios monocultores, se dá em detrimento da produção de alimentos que são, majoritariamente, produzidos pela agricultura familiar/camponesa em pequenas e médias propriedades. Em outros termos, a territorialização do agronegócio envolve a desterritorialização dos povos do campo e seus “modos” de fazer agricultura.

O que chama a atenção é que, no mesmo recorte temporal, contabilizamos o fechamento de 82.254 mil (-60%) estabelecimentos de ensino no campo brasileiro, dos quais 81.912 mil (-60%) eram públicos. As regiões que mais retraíram a oferta escolar da rede pública na zona rural, em números totais, foram Nordeste (-42.489), Sul (-13.787) e Sudeste (-12.752) e em termos percentuais foram Sul (-76%), Centro-Oeste (-72%) e Sudeste (-66%). Em relação ao total de matrículas⁵, estimamos uma diminuição de cerca de 2 milhões (-28%), tanto considerando-se a rede privada quanto somente a rede pública de ensino (INEP, 2020).

Complementando a investigação acerca da expansão do agronegócio e da retração da oferta escolar, realizamos uma breve pesquisa sobre as mudanças na população rural do país nas últimas décadas. Como resultado mais significativo, registramos o encolhimento da população rural do país (-17%) entre os censos demográficos de 1990 e 2010, mais acentuado entre a população jovem (0 a 19 anos), que sofreu uma redução de 37% (IBGE, 2021).

Os dados apontam para um processo de fechamento de escolas rurais mais acentuado do que a retração de matrículas. Contudo, sem deixar de se considerar a não correspondência temporal entre os dados educacionais e populacionais, os resultados sugerem que a diminuição estimada de matrículas guarda uma forte relação com a acentuada retração da população rural jovem. Este dado poderia induzir uma simples relação de causa e efeito entre recuo populacional e da oferta escolar, desconsiderando-se o impacto da expansão econômica do agronegócio no Brasil rural nessa dinâmica.

Com base nessas ponderações, cabe indagar quais fatores concorrem para uma retração populacional que incide marcadamente na retração da oferta escolar no campo brasileiro. As evidências até então levantadas apontam com robustez para a hegemonia do agronegócio, que acarreta em diminuição nos postos de trabalho devido a diferentes fatores, bem como produz uma pressão sobre as terras fora do circuito do setor, expulsando a população que vive nesses territórios.

⁵ O número levantado é uma estimativa, devido a mudanças nas tabelas das Sinopses Educacionais da Educação Básica, com a alteração na forma de inserção dos dados a partir de 2002, quando o total de matrículas é disponibilizado, ao invés de apenas segmentado por etapas.



Em prosseguimento, passamos para a investigação da segunda vertente da atuação do agronegócio na educação. Para tanto, rastreamos os projetos educacionais mais expressivos do setor. Através de pesquisa bibliográfica e documental, conseguimos acessar 14 ações levadas a cabo por entidades representativas ou por grandes corporações. Apresentaremos de forma sintética as características basilares de cada uma dessas ações, anunciando de antemão o destaque, pela organicidade e capilaridade, do Programa Agrinho (CNA/SENAR) e do Programa Educacional Agronegócio na Escola (ABAG/RP).

- Programa Agrinho – CNA/SENAR: Esta ação pode ser considerada pioneira. Implementada desde 1996 em parceria com o estado do Paraná, posteriormente foi sendo replicada em outras unidades da federação. Tem como base parcerias com as escolas públicas, desdobrando na oferta de materiais didáticos para docentes e discentes, que abordam, principalmente, a questão ambiental/sustentabilidade e “temas transversais”. Insere em sua dinâmica mecanismos de competição via concursos – uma forma de estimular uma visão meritocrática e concorrencial, bem como de se avaliar a adesão e o desenvolvimento da parceria. Segundo o portal do programa, a ação envolve cerca de 800 mil estudantes e 50 mil docentes anualmente (PROGRAMA AGRINHO, 2019);

- Programa Agronegócio na Escola – ABAG/RP: Desenvolvido desde 2001, inova ao ter por objetivo central a valorização da imagem do agronegócio perante a opinião pública, por meio de parcerias com secretarias de educação para o desenvolvimento de temáticas de educação ambiental (LAMOSA, 2016). Compreende a capacitação de docentes, além de uma dinâmica de concorrência, desenvolvida através de um sistema de premiações, como forma de estimular a adesão e de se avaliar sua aplicação. Segundo a associação, entre 2001 e 2020 o programa envolveu 111 municípios, 626 escolas, capacitou 3.397 mil docentes e atingiu cerca de 255 mil estudantes (ABAG/RP, 2021);

- Programa Despertar – SENAR: Realizado pelo SENAR/BA desde 2005, pode ser considerado uma variação estadual do Agrinho. Ocorre em parceria com prefeituras e sindicatos de produtores rurais, girando em torno da educação ambiental como forma de disseminação da ideologia do agronegócio (RIBEIRO, 2018). Centra-se na capacitação de docentes, na disponibilização de materiais didáticos e na lógica dos concursos e premiações. Somente em 2020, teria sido aplicado em 70 municípios, envolvendo 1.107 escolas, 6.792 docentes e cerca de 107 mil estudantes (SENAR/BA, 2021).

- ANDEFedu – ANDEF: As informações disponíveis indicam que teria sido aplicado em 50 escolas de Campinas/SP, tendo por objetivo tratar da importância das boas



práticas agrícolas e da responsabilidade socioambiental (ANDEFedu..., 2014). As temáticas de interesse da entidade são inseridas por meio de uma cartilha (BELLINGHINI, s/d) que, em geral, aponta para certa visão da ciência e da tecnologia que remete à revolução verde enquanto única saída para o desenvolvimento do campo e a erradicação da fome.

- Projeto Agora – UNICA: Desenvolvido a partir de 2009 e aparentemente descontinuado para reformulação, teria por objetivo a formação da população acerca dos impactos sociais e ambientais positivos da indústria cana-de-açúcar, girando em torno das questões ambientais. Utilizou como métodos a lógica dos concursos e a disponibilização de materiais pedagógicos. Chegou, ao menos, em onze unidades da federação, com um alcance considerável (UNICA, 2012);

- Tributo ao Futuro – Fundação Noberto Odebrecht: Ainda que conhecido por sua atuação no setor de construção civil, o agora denominado grupo Novonor possui ramificações no setor agrícola. O Tributo ao Futuro, criado em 2004, foca em promover uma educação de qualidade voltada ao empreendedorismo e à preservação do meio ambiente, em parceria com Casas Familiares Rurais (CFRs). Ocorre por meio da mobilização e destinação de doações aos municípios de atuação da empresa no sul da Bahia. Alcançaria cerca de 300 jovens estudantes por ano e teria beneficiado cerca de 50 mil pessoas em quinze anos de funcionamento (FUNDAÇÃO NOBERTO ODEBRECHT, 2021).

- Comunidade Educativa – Fundação BUNGE: Criado em 2002, o projeto se diferencia pela atuação na via do voluntariado de seus colaboradores e estagiários, que dedicam 2h semanais para o trabalho como agentes de promoção de valores, incluindo a leitura, a educação e a consciência ambiental. É desenvolvido em escolas, abrigos de crianças e idosos e espaços comunitários, contando com cerca de 650 voluntários capacitados pela empresa (FUNDAÇÃO BUNGE, 2021).

- Projeto Escola no Campo – Syngenta: Através de parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a ação teria iniciado em 1991 com o objetivo de ofertar educação ambiental para estudantes da zona rural, que seriam as novas gerações de agricultores conscientes (JUNQUEIRA; BEZERRA, 2013). No entanto, verificamos que o projeto é desenvolvido em parceria com a Fundação Abrinq desde 2009, em conjunto com secretarias de educação e cooperativas, tendo por foco a educação ambiental, a agricultura sustentável e os direitos das crianças e adolescentes - com mais ênfase na questão do trabalho infantil. Ocorre com a disponibilização de materiais de apoio didático e pela aplicação de um plano de ação. Segundo a fundação, teria alcançado, até 2018, 106 mil estudantes da rede pública de treze estados do país (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2018).



- DuPont na Escola – DuPont: Com poucas informações disponíveis, o projeto parece ter sido iniciado em 2008 com o objetivo de conscientização acerca da preservação ambiental e do uso correto de agroquímicos em escolas rurais. Oferta palestras e eventos e, na lógica da competição, disponibiliza prêmios para os melhores trabalhos (textos e desenhos) sobre a segurança no campo, com o viés de responsabilidade socioambiental (PROJETOS..., 2014);
- Programa Educar e Formar – Suzano Papel e Celulose: Organizando-se em três frentes - pedagógica, infraestrutura e promoção de leitura - a empresa intervém na educação pública no sul da Bahia, sua área de atuação, em trabalho conjunto com outras entidades. Seu braço pedagógico volta-se para a capacitação de gestores educacionais, a erradicação do analfabetismo e repetência e a correção do fluxo escolar; o de infraestrutura atua na reforma de escolas urbanas e rurais, devidamente divulgadas; e a promoção de leitura promove a implantação de bibliotecas comunitárias (BOGO, 2016).
- Programa Meio Ambiente na Escola – ABIOVE/SINDOLEO: Essa é uma iniciativa diferenciada, realizada por um conjunto de empresas ligadas à produção de óleo vegetal e mobilizado pelo Programa Óleo Sustentável, em parceria com outras entidades. Tem por intuito incentivar um novo modelo local de gestão de resíduos sólidos, focando na coleta e reciclagem de óleo vegetal. Ocorre desde 2011 em onze municípios de São Paulo, inserindo-se em mais de 400 escolas e impactando cerca de 150 mil crianças e adolescentes, com o argumento de contribuir com a educação ambiental. A renda gerada é direcionada para uma associação de pais e mestres (PNAME, 2021). Além dessa ação, o programa Óleo Sustentável conta com uma publicação de histórias em quadrinhos com o título de “Capitã Recicla – em defesa do óleo sustentável”.
- Juntos pelo Meio Ambiente: aprender a ensinar – Louis Dreyfus Company (LDC): Projeto mais focalizado e com inserção localizada em áreas que possuem fazendas ligadas a LDC Sucos, impactando as comunidades locais de seu raio de atuação agrícola. Ao todo são 29 fazendas, em 23 municípios nos estados de São Paulo e Minas Gerais, que abrem suas portas para a visita de estudantes e palestras, sob o pretexto de educação ambiental e informações sobre a produção de suco de laranja (LDC, 2019, 2021);
- Escola Germinare – J&F Investimentos: Iniciativa singular por não se tratar de parceria ou envolvimento com instituições de ensino públicas e sim pela oferta particular de escolarização em um estabelecimento de ensino próprio, em São Paulo. O objetivo é uma formação voltada para responsabilidade social e liderança nos negócios, ofertando a segunda etapa do ensino fundamental e o ensino médio, com técnico em administração de empresas, de



forma gratuita. Ainda que não tenha como público-alvo estudantes da zona rural, integramos essa ação por ser desenvolvida por setores ligados ao agronegócio e por contar com a possibilidade de especialização em *commodities* (INSTITUTO GERMINARE, 2021);

- Programa Novos Rurais – Instituto Souza Cruz: Criado em 2012, tem como foco a formação de jovens empreendedores, potencializando a permanência no campo, com a formação de agentes sociais e motores de desenvolvimento rural. Ocorre em cinco estados, com uma fase de formação e outra de seleção de projetos e apoio financeiro para a construção de unidades demonstrativas. Diferencia-se não apenas pelo caráter diretamente empreendedor, como também pelo intuito de contribuir com ‘soluções’ para a agricultura familiar. Para termos uma dimensão de seu raio de ação, entre 2013 e 2017 teria chegado em 100 municípios, formado mais de 2 mil jovens e apoiado cerca de 800 projetos (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2021).

Por fim, vale o destaque para a iniciativa mais recente e inovadora, que data de 2020 e abre um alerta por mobilizar diferentes táticas e conseguir a adesão de diversas esferas, incluindo a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Educação (MEC): trata-se da campanha “*De olho no material escolar*” (DOME).

Essa frente parece orquestrar uma ofensiva mais contundente, que parte da crítica ao teor supostamente preconceituoso e anacrônico da BNCC e dos conteúdos dos materiais escolares acerca do agronegócio, principalmente livros didáticos do PNLD e algumas apostilas de redes privadas de ensino. Todavia, nota-se que o arsenal mobilizado envolve um discurso persecutório em relação à liberdade de ensino e de expressão nas escolas do país, com o objetivo declarado de incidir nas aulas e nos currículos de ciências/biologia, história e geografia.

Na esteira da campanha, o agrônomo Xico Graziano e o Prof. Marcos Neves criaram o documento “O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil (sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país)” (GRAZIANO; NEVES, 2021). Para os autores, os materiais escolares denunciados possuem um viés político e generalizações, o que justificaria a proposição de temas⁶ que abordem a inovação tecnológica do setor e a complementaridade entre agronegócio e agricultura familiar, condizendo assim com a propagada imagem empresarial e moderna desse segmento.

⁶ De forma a “corrigir e atualizar” os materiais didáticos, dez temas são sugeridos pelos autores, a saber: cooperativismo no agro, aproveitamento dos alimentos, matas ciliares, bem-estar animal, novos alimentos, bioeconomia, agricultura digital, melhoramento genético, agro colaborativo e atividades secundárias.



O objetivo da publicação, reflexo da ação do De olho no material didático, é o de “promover uma melhoria, no sentido da atualização histórica e do embasamento técnico/científico, no conteúdo dos materiais escolares relacionados ao campo e ao agro” (GRAZIANO; NEVES, 2021, p. 3). Para tanto, “sugere-se nova abordagem de ensino capaz de desenvolver nos alunos a capacidade, a curiosidade e o empreendedorismo. Esta se caracteriza como aquela que olha para a frente, homenageia o progresso, garante o futuro do país” (Ibid., p. 3-4), pois “É necessário que as crianças e jovens conheçam e adquiram bom conceito do setor agropecuário” (Ibid.).

No entanto, esta ação vem gerando certa repercussão, principalmente pela publicação do manifesto “A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação” (2021), assinado pelo GeoAgrária (FFP/UERJ) e pelo GTAgrária da AGB Rio/Niterói, que denuncia e alerta acerca dos possíveis desdobramentos da campanha em questão.

Segundo o manifesto, a campanha se organizou nas seguintes frentes de trabalho:

(1) produção de dossiês contra materiais didáticos, a partir do envio de vídeos de “mães do agro”; (2) Frente nacional das escolas particulares, com o objetivo de pressionar a rede particular para alterar os seus materiais próprios; (3) parceria com a Sociedade Rural Brasileira (SRB) para incentivar a produção de material didático próprio e pressionar o mercado editorial; (4) parceria com professores e profissionais do agronegócio para a realização de palestras em escolas e visitas a empresas e propriedades rurais; (5) criação de uma biblioteca virtual sobre o agronegócio voltada para a formação de professores. (GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI, 2021, s/p)

Fica evidente a tentativa de absorção da agricultura como um todo pelo agronegócio - temporal e espacialmente - de forma que tudo seja considerado “agro”, desde que carregado de positividade e ocultando-se os problemas e as contradições inerentes a tal modelo produtivo. Além disso, os objetivos de condução da educação segundo seus próprios interesses setoriais, de forma a fortalecer ainda mais sua hegemonia - desprezando-se os conhecimentos científicos, a autonomia docente e o pensamento crítico - vão ao encontro da neoliberalização da educação.

As informações [...] obtidas a partir de pesquisas realizadas em redes sociais, revelam uma profunda articulação de setores do agronegócio para disputar o sentido da educação realizada no Brasil. Trata-se de uma disputa ideológica profunda, cujo objetivo é aprofundar a hegemonia do agronegócio, afirmando-os como um dos pilares da economia e da sociedade brasileira, e silenciando qualquer perspectiva crítica sobre as implicações econômicas, sociais e ambientais. Buscam, através da campanha “De olho no material escolar” a todo custo impedir que nas escolas públicas e particulares se debata sobre desmatamento e queimadas, sobre trabalho escravo e superexploração do trabalho, sobre concentração fundiária, da riqueza e da renda, sobre a violência no campo, como se tudo isso fosse coisa do passado e não existisse mais no campo brasileiro, no qual reinaria o agro pop, tech, tudo... (GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI, 2021, s/p)



Nesse projeto de poder, o “agro” alarga tanto seu campo de atuação que passa a se projetar, enquanto expressão da sociedade civil organizada, como “educador”. Não à toa, Gramsci (2004), em sua obra, alerta para o papel do consenso no estabelecimento da hegemonia, imprescindível para um setor tão pautado pela violência legitimar sua ideologia. As escolas públicas invadidas por essas iniciativas são encaradas como um mero instrumento, de certa forma, um “braço escolar” dos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio. Com isso, o setor pauta, impõe e fortalece sua frente político-ideológica por meio de um projeto de educação “às avessas” dos interesses e projetos dos povos do campo em luta. Enquadra, seja pelo consenso seja pela coerção, a educação pública, obstaculizando, assim, a Política Nacional de Educação do Campo (BRASIL/MEC, 2010), ao mesmo tempo em que promove a mercantilização da educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto apresentamos as articulações entre o empresariamento da educação brasileira e a inserção da lógica neoliberal tanto na educação quanto nas políticas agrícolas e agrárias, o que possibilitou a hegemonia do agronegócio e sua investida na educação. Com isso, procuramos destacar as intencionalidades do setor em sua atuação ampliada, bem como os reflexos gerados, especialmente para o movimento por uma Educação do Campo, que tem a luta pela terra como centralidade. Rastreamos a atuação do setor em duas frentes, demonstrando a força de sua expansão econômica e a materialidade de sua inserção “educacional”.

Desse modo, observamos que na esteira da expansão da produção de itens diretamente relacionados ao setor, vem se mantendo a histórica diminuição da população rural e, mais recentemente, um alarmante processo de fechamento de estabelecimentos de ensino no campo, acompanhado de diminuição de matrículas. Ainda que outros fatores possam concorrer para o processo, fica evidente o quanto a ação do agronegócio os potencializa. Tal situação implica em grave prejuízo ao direito à escolarização, acarretando em obstáculos ao enraizamento da Educação do Campo e ao fortalecimento da luta pela terra no país.

A análise, ainda que breve, das iniciativas empresariais do agronegócio na educação demonstra forte ênfase nos preceitos neoliberais. Primeiramente, notamos a prevalência de modalidades de parcerias entre as entidades e as secretarias de educação ou estabelecimentos de ensino, para a materialização das ações estudadas. Tal fator demonstra a inserção direta - e sem mediações consideráveis - de setores privados na elaboração, formação, gestão e/ou execução de atividades que são de interesse público.



Outra questão que gera graves preocupações é o predomínio de uma metodologia da competição na maior parte dos projetos educacionais do setor, acompanhada de algumas ações de empreendedorismo. Nota-se que a lógica da concorrência entre projetos ou trabalhos escolares é inserida tendo como incentivo principal um sistema de premiações, o que garante a introdução da lógica do mercado na formação escolar. Esse método também é fator preponderante para incentivar a adesão tanto das redes quanto dos docentes e discentes, além de ser uma forma de monitoramento do grau de absorção dos programas, considerando-se suas intencionalidades político-ideológicas. Por fim, outra forte predominância encontrada foi a centralidade de temáticas relacionadas à questão ambiental, envolvendo especialmente os conteúdos de ciências/biologia, geografia e história, integrando também atividades de língua portuguesa e artes.

Fica evidente uma forte abordagem apoiada na responsabilização individual que mascara questões estruturais na superação de problemas socioambientais, como a proteção ambiental e o combate à fome. Por isso, consideramos haver indícios suficientes para afirmar que tanto as PPPEs quanto a campanha DOME encontram-se emaranhadas em diferentes modalidades de privatização da educação, sendo agentes da inserção da lógica neoliberal no ensino público. Com isso, a condução das políticas públicas em educação fica cada vez mais a cargo dos interesses empresariais, pondo em risco conquistas relevantes, dentre as quais está a Política Nacional de Educação do Campo.

Em síntese, os resultados apontam que a inserção do agronegócio na educação brasileira faz parte de um movimento global de empresariamento dessa esfera. Nesse cenário, subsidiado por seu poderio econômico, o setor mobiliza táticas próprias para pautar o ensino público de acordo com seus interesses. De fato, encontramos elementos robustos da materialidade desta investida tanto no processo de fechamento de escolas rurais quanto na sua inserção educacional, por meio de programas educacionais e/ou campanhas. Por fim, consideramos que, em sua atuação político-ideológica, o agronegócio passa a pretensamente reivindicar o papel de “educador”, com a intenção de consolidar ainda mais a sua hegemonia.

REFERÊNCIAS

ABAG/RP. Programa educacional “Agronegócio na Escola”. Disponível em: <https://www.abagr.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola>. Acesso em: 15 set. 2021.

ALENTEJANO, P. R. R. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no país. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê



“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, dez, 2020. p. 251-285.

ANDEFedu lança o projeto “Andefino na escola”. **Alfapress Comunicações**, 2014. Disponível em: <http://alfapress.com.br/noticia/andefedu-lanca-o-projeto-andefino-na-escola->. Acesso em: 12 mar. 2021.

BELLINGHINI, R. H. **Pequenas histórias de planar e de colher**. Disponível em: http://www.andefedu.hospedagemdesites.ws/uploads/img/livro/arquivo/plantar_colher06mar.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.

BOGO, M. N. R. A. O agronegócio e a educação para as comunidades rurais na região do extremo sul da Bahia: desafios a luta social. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, dez. 2016. p. 28-38.

BRASIL. **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: 15 de set. de 2021.

BRASIL/MEC. **Decreto 7.352/2010** - Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Brasília/DF, 2010.

CALDART, R. S. Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (org) **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 317-363.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. F. et al. **O outro Gramsci**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1996.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Mais crianças contarão com o apoio da Fundação Abrinq e Syngenta**, 2018. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/mais-criancas-contarao-com-o-apoio-da-fundacao-abrinq-e-syngenta>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FUNDAÇÃO BUNGE. **Programas**. Disponível em: <https://fundacaobunge.org.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FUNDAÇÃO NOBERTO ODEBRECHT. **Tributo ao futuro**. Disponível em: <https://www.tributoaofuturo.com/index.html>. Acesso em: 22 abr. 2021.

GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI. **A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação**, 2021. Disponível em: <https://geoagrariaffpuerj.blogspot.com/>. Acesso em: 01 maio 2021.



GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. vol. 3. Maquiavel – notas sobre o Estado e a política. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAZIANO, X; NEVES, M. F. **O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil: sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país**, 2021. Disponível em: chrome-extension://oemmnecblldboiebfnladdacbfmadadm/https://static.poder360.com.br/2021/02/O-Novo-Mundo-Rural-e-a-Producao-de-Alimentos-no-Brasil.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

IBGE. **Censos Populacionais** – 1991/2000/2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 12 maio 2021.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 22 de jun. de 2020a.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. Acesso em: 03 jun. 2020b.

INEP. **Sinopses estatísticas da educação básica** - (1997/2019). Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 24 nov. 2020.

INSTITUTO GERMINARE. **Escola Germinare**. São Paulo, 2021. Disponível em: <http://www.escolagerminare.org.br/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. **Programas Novos Rurais**: formando jovens empreendedores transformando o campo brasileiro. Disponível em: <http://www.programanovosrurais.com.br/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

JUNQUEIRA, V. H; BEZERRA, M. C. S. Projetos educacionais do agronegócio: campo e cidade em disputa. **Seminário GEPEC/UFSCar**, 2013. Disponível em: chrome-extension://oemmnecblldboiebfnladdacbfmadadm/http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/1-educacao-do-campo-movimentos-sociais-e-politicas-publicas/a32-projetos-educacionais-do-agronegocio-campo-e.pdf/at_download/file. Acesso em: 26 maio 2021.

LAMOSA, R. A. C. **Educação e agronegócio**: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Curitiba: Appris, 2016.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LDC. **Louis Dreyfus Company leva projeto de educação ambiental a 23 municípios de São Paulo e Minas Gerais**, 2019. Disponível em: <https://www ldc.com/br/pt/press-releases/louis-dreyfus-company-leva-projeto-de-educacao-ambiental-a-23-municipios-de-sao-paulo-e-minas-gerais/>. Acesso em: 28 maio 2021.

_____. **Sustentabilidade no Brasil**. Disponível em: <https://www ldc.com/br/pt/sustentabilidade/sustentabilidade-no-brasil/>. Acesso em: 28 maio 2021.



MST. **Dossiê MST Escola**: Documentos e estudos 1990-2001. São Paulo: Expressão popular, 2005.

PEREIRA, J. M. M. A política agrária do Banco Mundial em questão. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n. 57, 2006. p. 355-383.

PMANE. **Nossa história**. Disponível em: <https://meioambientenascolas.org.br/opmane/nossa-historia>. Acesso em: 28 maio 2021.

PROGRAMA AGRINHO. **Institucional**. Disponível em: <https://www.agrinho.com.br/institucional>. Acesso em: 29 ago. 2019.

PROJETOS socioambientais da DuPont beneficiaram 1 milhão de pessoas no Brasil. **Grupo Cultivar**, 2014. Disponível em: <https://www.grupocultivar.com.br/noticias/projetos-socioambientais-da-dupont-beneficiaram-1-milhao-de-pessoas-no-brasil->. Acesso em: 18 mar. 2021.

RIBEIRO, D. S. A educação do campo e a pedagogia do agronegócio. In: STAUFFER, A. B. et al. **Hegemonia burguesa na educação pública**: problematizações no curso TEMS (EPSJV/Proneira). Rio de Janeiro: EPSJV, 2018. pp. 159-201.

SECCO, L. Crise e estratégia em Gramsci. In: DIAS, E. F. et al. **O outro Gramsci**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1996.

SENAR/BA. **Programa Despertar**. Disponível em: <http://www.sistemafaeb.org.br/senar/programa-despertar/>. Acesso em: 14 set. 2021.

UNICA. **Projeto Agora fecha 2012 com projeto educacional para 900 mil estudantes da rede pública em dez estados**, 2012. Disponível em: <https://unica.com.br/noticias/projeto-agora-fecha-2012-com-projeto-educacional-para-900-mil-estudantes-da-rede-pblica-em-dez-estados/>. Acesso em: 11 mar. 2021.